

EDUCAR PARA A PAZ

Andrea Cecilia Ramal

Referência: RAMAL, Andrea Cecilia. "Educar para a paz". Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 23 de outubro de 2001.
--

O documento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) indica como um dos temas transversais para o trabalho escolar a **educação para a paz**. Trata-se, no documento, de conscientizar os professores de que cada disciplina poderia assumir, *transversalmente*, o compromisso com a formação de posturas e práticas de paz.

Isso não é um acaso: inspirado no modelo espanhol de educação transversal, o tema vem buscar uma resposta – tanto nas escolas brasileiras como nas européias – para um dos mais sérios problemas das sociedades contemporâneas: a dificuldade para se estabelecer um verdadeiro diálogo entre os diferentes.

Conceitos como *tolerância* e *multiculturalismo* são referências constantes nos PCNs. O trabalho com esses temas de forma transversal foi a maneira encontrada para procurar superar paradigmas obsoletos de ensino, nos quais cada disciplina simplesmente se ocupa do seu conjunto de conteúdos. A idéia é implantar uma educação para a vida cidadã no século XXI, abordando desde a sala de aula os problemas e conflitos para os quais o homem e a mulher do nosso tempo precisarão encontrar respostas.

Até o momento, as escolas ainda não conseguiram implementar uma educação para a paz. Nem em outros países, nem no Brasil. Em primeiro lugar, e mais evidente, porque até hoje o sistema educacional não se libertou do modelo de ensino de inspiração positivista, cuja pedagogia fragmentou o conhecimento em olhares parciais, relativos e arbitrários – as disciplinas – e deu a muitas delas status de cientificidade, à prova de qualquer questionamento. Assim, válidas por si mesmas, as matérias escolares se fartaram de imensas programações a cumprir, sem se deixar *atravessar*, como sugerem os PCNs, pelas questões do cotidiano.

Exceto por um ou outro projeto integrado – geralmente entre disciplinas da área de ciências humanas, como Português/Literatura, História e Geografia –, mesmo assim ocasional e de pouco potencial transformador num âmbito mais global, a

educação para a paz limitou-se até o momento a uma expressão presente apenas nas redações dos projetos educativos, sem gerar uma mudança no foco curricular, na abordagem pedagógica das disciplinas, nos conteúdos selecionados e, principalmente, na escolha das competências humanas que precisariam ser desenvolvidas numa formação básica que realmente educasse para a convivência pacífica.

Um segundo problema, não tão evidente ou tão comentado como este, mas de força ainda maior, é o fato de que não encontramos nas escolas ainda – com raras exceções - um clima educativo de paz nas relações cotidianas.

O terror educacional existe, sim, sob diversas formas: na média inexorável a atingir no final do ano; no medo da prova de certas disciplinas ou de certos professores; na sala de aula que não aproveita a diferença como riqueza, e favorece a evasão; no desrespeito à linguagem dos alunos de classes menos favorecidas; no desprezo pelas práticas culturais de certas regiões do Brasil, excluídas do currículo; na forma autoritária de se lidar com a indisciplina; na massificação do ensino, pela qual todos devem saber os mesmos conteúdos; na rigidez de tempos e espaços escolares, que submete a continuidade de qualquer trabalho ao momento de “bater o sinal”; na tirania das questões de provas que não levam ao raciocínio ou não educam para valores, pedindo apenas que o aluno responda como o professor previu; na legitimação *a priori* das vozes do mais forte – o professor, o diretor – que tem sempre razão; na competição permanente que gera a exclusão e condena à repetência ou ao abandono os menos aptos; na implacável guilhotina que paira sobre os jovens nos meses que antecedem os exames de seleção ao ensino superior; no poder piramidal das estruturas e sistemas escolares.

Nosso sistema escolar é um espaço que não prevê o diálogo, ocupando o professor e o aluno prioritariamente na situação de sala de aula. Nossa escola é um espaço de homogeneização de práticas e de identidades, no qual a diferença é apagada a todo custo, a diversidade é mal vista e as culturas não-dominantes são ignoradas.

Que cidadãos pode formar uma escola que não desenvolve um modelo alternativo? Como pode o aluno ver alguma coerência entre o que estuda num projeto integrado que discute a paz e o seu cotidiano no espaço escolar? É claro que quando me refiro ao ensino tradicional, não desconheço o esforço de tantos e tantos educadores que procuram, na sua prática pedagógica, superar os limites desse

paradigma – e que muitas vezes, por força desse mesmo paradigma, não são compreendidos.

A escola tem muito a contribuir na construção de um mundo de paz. Mas para isso, será necessária uma educação integradora, na qual o clima escolar dialógico seja experimentado pelos estudantes, no relacionamento entre eles mesmos e com seus educadores. Isso começará por uma revisão radical do modelo educacional, rumo a práticas pelas quais crianças e jovens aprendam a ser tolerantes e solidários.